

ESPAÇO E GRUPOS SOCIAIS NA METRÓPOLE PAULISTANA

Eduardo Marques e Sandra Bitar

RESUMO

O artigo discute a distribuição espacial dos grupos sociais na Região Metropolitana de São Paulo, dialogando criticamente com a literatura que a descreve — muitas vezes *a priori* — segundo um gradiente decrescente, em termos socioeconômicos, do centro às periferias. Mediante um estudo georreferenciado em escala detalhada, a partir de dados do Censo Demográfico de 2000, os autores constatarem na região uma configuração socioespacial muito mais complexa e heterogênea, com desdobramentos importantes não só para o debate acadêmico, mas também para a realização de políticas públicas mais bem focadas e efetivamente redistributivas.

Palavras-chave: Região Metropolitana de São Paulo; configuração espacial; forma urbana.

SUMMARY

The article discusses the spatial distribution of social groups in São Paulo Metropolitan Area, critically debating with a literature that describes it — many times *a priori* — as a social-economic decreasing gradient from Center to peripheries. Through a detailed scale geographically based study with data from the 2000 Demographic Census, the authors find out in this region a much more complex and heterogeneous social-spatial configuration, with important outcomes both for academic debate and for the making of better and effectively redistributive policies.

Keywords: São Paulo Metropolitan Area; spatial configuration; urban form.

Este artigo discute a distribuição espacial dos grupos sociais na Região Metropolitana de São Paulo segundo dados do Censo Demográfico de 2000 georreferenciados, a fim de dialogar criticamente com a literatura sobre o tema. Boa parte dessa literatura considera, tanto implícita quanto explicitamente, que a configuração espacial dos grupos sociais nas metrópoles assume um padrão simples: radial e concêntrico¹. Sustentamos que a evidência empírica que embasa esse modelo interpretativo se deve sobretudo a uma particularidade metodológica ligada à escala da análise. Como veremos, o uso dos distritos censitários como unidade de análise aparentemente confirma a existência de tal padrão, mas quando passamos a uma escala de maior detalhe observamos uma distribuição muito mais complexa e heterogênea. O conhecimento desses elementos é de fundamental importância não apenas para o debate acadêmico, mas também para a realização de políticas públicas mais bem focadas, eficientes e redistributivas.

(1) Para São Paulo, cf. Taschner, Suzana e Bógus, Lúcia. "A cidade dos anéis: São Paulo". In: Ribeiro, Luiz Cezar de Q. *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Observatório/Revan, 2000; Villaça, Flávio. "Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira". In: Souza, Maria Adélia (org.). *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedesp, 1999. Para o Rio de Janeiro, cf. Brasileiro, Ana Maria (org.). *Região Metropolitana do Rio de Janeiro: serviços de interesse comum*. Brasília: Ipea/Ibam, 1976; Santos, Carlos Nelson e Bronstein, Olga. "Meta-urbanização — o caso do Rio de Janeiro". *Revista de Administração Municipal*, vol. 25, nº 149, 1978.

Cidades, anéis e níveis de análise

Não realizaremos aqui uma discussão extensa sobre modelos espaciais, tratando apenas de situar o leitor em relação aos principais argumentos dessa literatura, de modo a contextualizar as informações empíricas sobre São Paulo². Feita a ressalva, pode-se afirmar que a idéia de que os grupos sociais e os elementos urbanos se estruturam espacialmente na forma de anéis concêntricos apresenta uma longa genealogia, que nos leva até os estudos da Escola de Chicago nas décadas de 1920 e 30³. De forma concomitante, a teoria da localização e os estudos de economia urbana reforçaram tal descrição da configuração urbana⁴.

Nesses estudos, dois mecanismos principais foram mobilizados para sustentar o modelo radial-concêntrico: a história urbana e o mercado de terras⁵. Em nosso entender, esses dois processos de fato assumem grande importância na conformação dos espaços urbanos, mas em cada caso ganham conteúdos específicos e se associam a outros tantos fatores, como o próprio sítio e a ação de vários agentes, principalmente o Estado⁶ e os capitais imobiliários. A interação de todos esses processos resulta em situações muito diversas entre si, de modo que a aplicação do modelo radial-concêntrico, embora permaneça apta a descrever *grosso modo* a configuração das cidades, pode mascarar a complexidade da sua estrutura. Desse ponto de vista, o problema não está na defesa de um certo padrão espacial, mas na utilização de um modelo que, assumido *a priori*, sem apoio numa observação empiricamente embasada, acaba por conformar a própria descrição.

Vale ressaltar que os processos de segregação sugeridos por uma configuração urbana "centro-periferia" podem perfeitamente estar presentes (e ter intensidade ainda maior) se consideramos uma estruturação urbana mais heterogênea. De fato, um dos processos que têm impulsionado a heterogeneidade é a elevação dos indicadores médios em áreas periféricas. Esse processo poderia estar reduzindo a segregação social no espaço, mas as regiões periféricas que registraram melhora em suas médias, quando olhadas com maior grau de detalhe, incluem áreas com indicadores sociais de extrema precariedade, até mesmo inferiores aos apresentados pelas já clássicas definições sobre a periferia dos anos 1970⁷.

No Brasil, a configuração radial-concêntrica foi tema de diversos autores, que sustentaram a existência de um gradiente decrescente, em termos sociais e de condições de vida, do centro às periferias. Ao longo das décadas de 1970 e 80 inúmeros trabalhos consideraram implicitamente essa configuração, inclusive os envolvidos no intenso debate em torno dos processos de produção da periferia nas metrópoles brasileiras. No caso desses estudos, entretanto, a consideração do modelo não causava problema analítico algum, já que o seu objeto central eram os elementos da produção do espaço: loteamentos clandestinos, autoconstrução, falta de infra-estrutura, movimentos sociais etc.⁸.

(2) Para uma discussão crítica dos modelos urbanos mais importantes na literatura, ver Marques, Eduardo Cesar. "Os modelos espaciais como instrumento para o estudo dos fenômenos urbanos". In: Najar, Alberto e Marques, Eduardo C. (org.). *Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicos de análise*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1998.

(3) Cf. Burgess, Ernst. "The growth of the city: an introduction to a research project". In: Park, Robert, Burgess, Ernst e McKenzie, Rodrick. *The city*. Chicago: The University of Chicago Press, 1925.

(4) Cf. Alonso, William. *Location and land use*. Cambridge: Harvard University Press, 1964; Abreu, Maurício. "O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação". In: Carlos, Ana. (org). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

(5) O primeiro mecanismo é apresentado como histórico, embora represente uma forma de "evolutivismo espacial". Sustenta-se que uma cidade nasce em seu centro e se expande a partir dele, acomodando na sua franja os grupos sociais recém-chegados. Ao longo do seu perímetro ocorre, portanto, contínua transformação de solo rural em urbano, explicando-se assim a menor presença de infra-estrutura nas áreas periféricas. O segundo mecanismo é econômico e se integra com o primeiro. Sustenta-se que o mercado de terras se estrutura como um conjunto de leilões por localização, em que as distâncias representam custos. O uso da terra e o grupo social que puderem pagar mais alto obterão a localização. Assim, os grupos sociais mais ricos se localizam sempre junto aos benefícios e infra-estruturas mais importantes para a sua estrutura de preferências, restando aos de menor renda locais normalmente sem tais benefícios e infra-estruturas.

(6) O Estado tem grande importância potencial no combate à segregação social no espaço ao exercer regulação do mercado mas também ao propiciar ou garantir localizações mais centrais para grupos sociais de baixa renda, promovendo, por exemplo, urbanizações de favelas. Em nossas cidades, porém, a maior parte das ações estatais é segregadora, produzindo intervenções que valorizam áreas habitadas pelos grupos mais ricos (cf. Vetter, David. *The impact of the metropolitan system of the interpersonal and spatial distribution of real and monetary income: the case of Grande Rio*. Los Angeles: University of California, 1975.

série Comparative Urbanization) ou expulsam as populações pobres de maneira direta (cf. Valladares, Lícia. *Passa-se uma casa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; Fix, Mariana. *Parceiros da exclusão*. São Paulo: Boitempo, 2001). No caso paulistano essa dimensão é tão forte que não conseguimos encontrar um único exemplo de ação anti-segregadora do Estado com impacto significativo o bastante para apresentar visibilidade em mapas de conjunto da região.

(7) Cf. Torres, Haroldo e Marques, Eduardo C. "Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. São Paulo: Anpur, nº 4, 2001.

(8) Cf., dentre muitos outros, Bonduki, Nabil e Rolnik, Raquel. "Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho". In: Maricato, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982; Kowarick, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

(9) Brasileiro, op. cit.; Santos e Bronstein, op. cit.; Taschner, Suzana. "Habituação e demografia intra-urbana em São Paulo". *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo: Abep, vol. 7, nº 1, 1977.

(10) Vetter, op. cit.

(11) Taschner e Bógus, op. cit.

(12) A primeira versão desse estudo, realizada em 1977 (Taschner, op. cit.), considerava dados demográficos dos jovens no Censo de 1970. Entre essa primeira versão e a publicada em 2000 a divisão dos anéis por distritos foi mantida — ainda que a proporção de jovens sobre a população total possa ter se alterado nas últimas décadas —, a fim de preservar a análise dos dados em áreas geográficas comparáveis.

(13) Ressalte-se, portanto, que não se trata do mesmo referencial geográfico de "centro" adotado pelas autoras em ambas as pesquisas. O efeito de deslocamento é discutido, entre outros estudos, em Frugoli Jr., Heitor. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1998.

(14) Esse exercício poderia ser sofisticado pela flexibilização da geometria dos círculos concêntricos, considerando a incorporação do traçado dos eixos de transporte. Entretanto, mesmo considerando a versão mais "dura" do modelo a hipótese foi confirmada.

Outros autores afirmaram explicitamente a adesão a essa identificação da forma de estruturação da cidade, e a modelaram quantitativa e espacialmente tomando os indicadores sociais como ponto de partida. Era o próprio modelo "centro-periferia" nas grandes cidades brasileiras, portanto, o objeto desses estudos, levados a cabo sobretudo na segunda metade dos anos 1970⁹. Embora já naquela época autores como Vetter¹⁰ sugerissem que tais modelos deixavam de descrever a riqueza da estrutura de nossas principais cidades, a descrição da conformação metropolitana brasileira como radial e monocêntrica se disseminou a partir de então. Essa disseminação talvez se deva à sua simplicidade, ou então à sua capacidade de descrever grosseiramente a configuração de nossas cidades, apresentando portanto grande proximidade com o senso comum.

Em período recente essa idéia foi revisitada por Taschner e Bógus num estudo didaticamente intitulado "A cidade dos anéis: São Paulo"¹¹, que procurou comparar dados de 1996 relativos às características socioeconômicas dos chefes de domicílio e às condições de infra-estrutura dos próprios domicílios, distribuídos por cinco "anéis" que comporiam a cidade a partir do centro histórico: central, interior, intermediário, exterior e periférico. Os anéis foram construídos a partir da proporção de jovens (menos de 15 anos de idade) em cada um dos distritos do município de São Paulo¹². Mediante uma série de indicadores sociais médios por anel, as autoras verificaram gradientes crescentes de precariedade habitacional e urbana a partir do centro. Os resultados do estudo, portanto, confirmaram o caráter radial e concêntrico da configuração urbana de São Paulo em 1996.

Realizamos aqui um exercício similar ao das autoras, utilizando indicadores sociais selecionados do Censo Demográfico de 2000 para a Região Metropolitana de São Paulo. O exercício tem por objetivo verificar a consistência do padrão radial-concêntrico, testando a relação entre variáveis socioeconômicas e distância ao centro. Para tanto, definimos como "centro" um ponto na avenida Faria Lima — que corresponde ao Shopping Iguatemi — de forma a descontar o possível efeito de deslocamento da centralidade das atividades econômicas e das classes altas na direção sudoeste, conforme descrito por vários autores¹³. A partir daí, conferimos a cada setor censitário um novo atributo — o de "distância ao centro" —, possibilitando a agregação dos dados em unidades de análise que corresponderiam aos anéis concêntricos imaginados por um modelo apriorístico. Com os anéis estabelecidos, pudemos calcular uma série de indicadores sociais médios por anel de forma similar a Taschner e Bógus, mas considerando os dados por setor e não por distrito¹⁴.

Como se pode observar no *Quadro 1*, os indicadores médios por anel reafirmam a hipótese de que, ao menos nesse nível de análise, a cidade se organiza em termos socioeconômicos de forma radial e concêntrica: todas as variáveis verificadas apresentam um mesmo padrão de comportamento, piorando à medida que nos afastamos do centro. Enquanto a média de escolaridade do chefe atinge, por exemplo, onze anos de estudo ou mais nos setores censitários que distam até 5 km do centro, não chega a seis anos nos

setores mais distantes. Do mesmo modo, enquanto nos setores centrais o percentual de chefes com rendimento nominal médio de até três salários mínimos não passa de 15%, nas faixas a mais de 25 km do centro ultrapassa 50%. O mesmo comportamento pode ser observado em outros indicadores, como porcentagem de chefes analfabetos e de chefes jovens ou de crianças e adolescentes.

Quadro 1

Indicadores sociais selecionados (valores médios dos setores censitários), segundo faixas de distância em relação ao "centro" (Shopping Iguatemi)
Região Metropolitana de São Paulo
2000

Faixas de distância (em km) ¹	Renda do chefe (em R\$)	Chefes com renda até 3 SM (%)	Chefes alfabetizados (%)	Anos de estudo do chefe	% de chefes com 10 a 29 anos	Crianças de 0 a 4 anos (%)	Jovens de 15 a 19 anos (%)
0-2	4.760	10,0	99,5	12,8	8,9	3,9	6,7
2-5	3.469	14,0	98,9	11,9	10,8	4,5	7,1
5-10	1.730	29,7	96,2	9,0	12,2	6,6	8,6
10-15	983	43,0	93,3	7,0	15,0	8,3	9,7
15-20	917	44,4	93,1	6,8	15,4	8,6	9,8
20-25	793	47,3	92,2	6,5	17,1	9,5	10,1
25-30	576	55,5	90,6	5,8	19,0	10,6	10,4
30-35	530	59,2	89,2	5,5	19,8	11,0	10,5

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

(1) Consideramos um raio de no máximo 35 km para evitar a inclusão de municípios predominantemente rurais, que apresentavam uma grande quantidade de setores censitários sem informação.

Esse gradiente de condições sociais confirma a capacidade descritiva do modelo dos anéis para esse nível de agregação — o anel. Entretanto, tal agregação esconde diferenças importantes compreendidas no interior de cada uma das áreas. Essas diferenças desaparecem com o cálculo de indicadores médios, tanto por distrito quanto por anel, mascarando a complexidade do tecido urbano e dos próprios processos de segregação. A diversidade social, portanto, se dissolve pelo efeito da metodologia.

A imagem dessa composição urbana se torna mais nítida se trabalhamos com uma escala de observação que permita discriminar os espaços a partir de unidades de análise mais detalhadas e homogêneas internamente. Utilizamos a menor unidade permitida pelo Censo do IBGE — o setor censitário —, o que nos garante um grande grau de detalhe e uma certa uniformidade nas unidades espaciais, já que tais setores são desenhados para

cumprir essas condições. É isso que realizamos no *Mapa 1a* (ver encarte de mapas ao final do Dossiê), que apresenta a distribuição da renda média dos chefes de domicílio por setores censitários na Região Metropolitana¹⁵.

O mapa mostra uma grande concentração de setores de alta renda no quadrante tradicionalmente denominado "Sudoeste". Entretanto, salta aos olhos a presença de inúmeras outras áreas de concentrações de grupos sociais de alto rendimento do chefe tanto a oeste e a noroeste quanto no ABC paulista, no início da Zona Leste e no leste da Zona Norte do município de São Paulo, em Mogi das Cruzes, Arujá e ao sul de Mairiporã. As áreas de baixa renda também estão presentes em várias regiões mais centrais, embora sejam predominantes em termos territoriais ao longo do perímetro da Região Metropolitana e nos extremos norte, sul e leste do município de São Paulo, expressando as regiões classicamente definidas como periféricas em termos sociológicos. Os aspectos gerais do mapa sugerem uma configuração radial e concêntrica, a não ser pelo agrupamento de áreas de alta renda a oeste, que se conforma claramente como um outro centro de moradia dos ricos: diferente, distante e desconectado espacialmente do Sudoeste¹⁶. A característica mais marcante do mapa está porém na grande heterogeneidade (e descontinuidade) socioespacial do tecido metropolitano, retratada pela distribuição da variável renda do chefe.

Embora a configuração espacial da metrópole paulistana possa ser grosseiramente considerada radial-concêntrica, ao passarmos a unidades de análise de maior detalhe vemos portanto que o tecido metropolitano é marcado por inversões, enclaves e subcentros. A explicação de cada um desses elementos demandaria estudos específicos que levantassem e analisassem os fatores, atores e processos envolvidos na produção de cada território particular. Essa tarefa está completamente fora do horizonte do presente artigo, mas a apresentação mais detalhada de trechos da Metrópole em que esses fenômenos ocorrem — o que faremos na seção seguinte — pode ser de valia para a afirmação de nosso argumento geral relativo à complexidade da organização socioespacial metropolitana.

Descontinuidades territoriais¹⁷

A idéia de que a distribuição espacial dos grupos sociais apresenta maior complexidade do que a descrita pelo modelo radial-concêntrico não é nem mesmo incompatível com a própria visão tradicional de constituição do espaço metropolitano. Segundo esta, o crescimento se originaria em um ponto e iria se espraiando para fora ao longo do tempo, tendo sempre em sua borda os grupos sociais com pior inserção na estrutura social e no centro os grupos mais ricos. Esse processo de crescimento poderia vir a englobar, em determinados momentos, outros centros urbanos já estabelecidos. Estes seriam incluídos na conurbação com seus próprios centros e respectivas periferias, conformando um subcentro de presença regional. Esse processo

(15) O mapa apresenta a informação para os setores cujos dados foram disponibilizados pelo IBGE, o que não é o caso, principalmente, de setores classificados como rurais em municípios da franja metropolitana (em branco na cartografia). O resultado seria virtualmente o mesmo se utilizássemos variáveis ligadas à escolaridade do chefe ou às condições da habitação. Análise fatorial com indicadores sociais do Censo de 2000 indicou porém que o comportamento da distribuição da estrutura etária por setor não segue essas outras variáveis (cf. Torres, Haroldo e Marques, Eduardo. *Information and social policies: the case of São Paulo Metropolitan Area. Paper* para o seminário "População e pobreza urbana", Fnuap/Cepal, Cidade do México, outubro de 2002).

(16) Em desacordo, portanto, com a idéia mais geral de Villaça (op. cit.).

(17) Esta seção se beneficiou de discussões com Renata Milanesi, a quem os autores agradecem.

ocorreu intensamente na cidade de São Paulo, englobando de início centros constituídos historicamente em torno das antigas freguesias — do Ó, da Penha de França etc. — e mais tarde chegando ao centro do antigo município de Santo Amaro e aos demais municípios da Região Metropolitana¹⁸.

O *Mapa 2a* apresenta um exemplo desse processo, com a distribuição da renda média dos chefes por setor censitário na região do ABC paulista. São representados no mapa os seis principais municípios da região: Diadema, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Santo André, Mauá e Ribeirão Pires. Este último apresenta fortes particularidades por se localizar em zona de proteção aos mananciais. Do ponto de vista econômico, São Bernardo e Santo André apresentam maior importância, sediando uma grande quantidade de indústrias de grande porte. Os três municípios restantes também sediam atividades econômicas importantes, mas apresentam características muito diferentes entre si. São Caetano representa a ocupação mais antiga de toda a região, ligada à presença de ferrovia e de atividades operárias já nas primeiras décadas do século XX, intimamente associadas ao trabalho imigrante¹⁹, apresentando um tecido urbano mais consolidado. Diadema e Mauá representam de certo modo as periferias dessas regiões, sendo o primeiro polarizado entre o Sudeste do município de São Paulo — mais pobre que a área contígua a São Caetano — e São Bernardo. Em Mauá situa-se o pólo petroquímico de Capuava, que também ocupa parte do território de Santo André.

Observa-se no mapa que Ribeirão Pires, Mauá e Diadema apresentam setores censitários com renda média do chefe sempre inferior a 15 salários mínimos e quase sempre inferior a 10 SM. O mais pobre desses municípios é Mauá, que tem grande quantidade de setores com renda média muito baixa, embora nos setores mais a leste haja menores densidades populacionais. O mesmo acontece com a maior parte de Rio Grande da Serra, que, embora tenha a maior parte do seu território classificada nas faixas mais baixas de renda média, não apresenta volumes populacionais significativos. Em São Caetano, ao contrário, não se encontra um único setor com renda média inferior a 3 SM e apenas dois entre 3 e 5 SM. No outro extremo da distribuição, o município apresenta um conjunto expressivo de setores com renda superior a 15 SM. Embora apresentem setores de renda média muito baixa, Santo André e São Bernardo também incluem importantes agrupamentos de renda alta e média-alta, assim como de renda média e média-baixa. Nesses municípios é clara a reprodução, em escala reduzida, de uma configuração radial-concêntrica, sem dúvida relacionada à existência prévia de subcentros regionais que foram conurbados no tecido metropolitano. Embora seus conteúdos certamente tenham sido alterados ao longo do tempo, a presença de subcentros importantes permanece. Entretanto, além desse efeito "natural" ou "evolutivo" ligado ao espraiamento do tecido urbano, outros importantes processos atuam no sentido de alterar a estruturação das cidades, tal como discutimos a seguir.

O primeiro processo está ligado à ação de empreendedores imobiliários, cujos lançamentos podem alterar a conformação de áreas inteiras. Esse

(18) Cf. Azevedo, Aroldo. *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Nacional, 1958; Langenbuch, Jürgen. *A estruturação da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

(19) Cf. Martins, José de S. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio de São Paulo*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002; Médici, Ademir. *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*. São Paulo: Hucitec, 1993.

elemento é especialmente importante na conformação do tecido urbano paulista, considerando a baixa capacidade de regulação e planejamento do poder público ao longo do tempo, bem como a destruição e reconstrução da cidade em etapas sucessivas pela atividade imobiliária²⁰. Os capitais imobiliário e de incorporação adquirem terra (de maneira concentrada ou dispersa) e multiplicam-lhe a valorização ao alterar seu uso. Esses processos de mudança de uso provocam substituições de grupos populacionais ao longo do tempo, que podem corresponder à própria ação do mercado ou a deslocamentos compulsórios dos moradores anteriores. Em ambos os casos é alterada a distribuição dos grupos sociais no espaço. A intensidade e o ritmo desses processos podem fazer que áreas antes habitadas por população de baixa e média renda sejam mescladas com população de mais alta renda e escolaridade. Podem assim surgir bairros mais ricos inseridos em áreas mais pobres, produzindo-se descontinuidades na distribuição dos grupos sociais no tecido metropolitano, o que não implica porém um rompimento completo da integração com o entorno.

O *Mapa 3a* ilustra esse processo ao apresentar a distribuição da renda média dos chefes por setor censitário na área central da Zona Leste do município de São Paulo, onde são visíveis agrupamentos de setores censitários com renda bastante alta, assim como setores de renda média e média-alta. Esses agrupamentos, localizados sobretudo nos distritos da Mooca, Tatuapé e Vila Formosa, constituem novas centralidades locais de pequeno porte. Esse subcentro foi em parte construído por processos de ascensão social da população originária da região²¹, mas também e principalmente pela ação paulatina e continuada de incorporadores imobiliários, com empreendimentos relativamente pequenos. Essas ações acabaram por transformar um bairro de classe média de origem operária em um subcentro habitado por grupos sociais de renda média-alta e alta. Tal processo se constitui em mais uma fonte de descontinuidade no tecido metropolitano não passível de descrição pela aplicação do modelo "núcleo-periferia".

Entretanto, esse processo de substituição também pode ocorrer de maneira abrupta, conduzindo à construção de enclaves territoriais de ricos em áreas periféricas e de pobres, sem que haja nenhum contato social dos primeiros com o seu entorno²². Nesses casos, os indicadores usuais podem apontar redução da segregação, assim como maior proximidade espacial entre ricos e pobres, mas o conteúdo do processo é a constituição de enclaves urbanos, normalmente "fortificados" ou "carcerários"²³, com grande distância social entre grupos. O *Mapa 4a* ilustra esse caso ao apresentar a distribuição da renda média dos chefes por setor censitário no Oeste da Região Metropolitana, ao longo dos eixos das rodovias Castello Branco e Raposo Tavares. Como se pode notar, áreas dos municípios de Barueri e Carapicuíba, assim como o sudeste de Santana do Parnaíba e Jandira, o nordeste de Cotia e o norte de Itapevi apresentam vários setores de renda muito alta. Estes não são cercados por setores de renda média e média-baixa que indiquem a existência de uma transição em termos sociais. Ao contrário, a maior parte dessas áreas é cercada por setores de baixa ou baixíssima renda. Essas áreas, na

(20) Cf. Toledo, Benedito. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

(21) Esses espaços conformam o que a literatura denomina "subúrbios" (cf. Abreu, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987; Martins, José de S., Langenbuch, Jürgen. Depoimentos. *Espaço e Debates*, nº 42, 2002).

(22) Cf. Salgado, Elizabeth. *O loteamento residencial fechado" no quadro de transformação da metrópole de São Paulo*. São Paulo: dissertação de mestrado, FAU-USP, 2000.

(23) Cf. Caldeira, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Ed. 34, 2000; Soja, Edward. "O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso". In: Santos, Milton, Souza, Maria Adélia de e Silveira, Maria Laura (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

verdade, correspondem a vários condomínios fechados de vastas proporções produzidos por estratégias imobiliárias de grande porte, conformando as "cidades de muros" estudadas por Caldeira²⁴.

Embora o conceito de loteamento de alto padrão seja bastante antigo na Região Metropolitana de São Paulo, tendo sido inaugurado com a Chácara Flora na década de 1920²⁵, a sua transformação em um fenômeno de dimensões metropolitanas data da década de 1960, com a Granja Viana, no município de Cotia. Até então, porém, esses condomínios apresentavam densidades muito baixas, lotes de grandes proporções e grande presença de vegetação, o que constituía o seu principal atrativo. Na verdade, nem mesmo a idéia de condomínio fechado se aplicava completamente, visto que a Granja Viana nasceu aberta, condição mantida até hoje nos seus núcleos iniciais. De forma similar, as formas de produção desses loteamentos não se enquadravam no que se considera comumente como lógica capitalista de produção do solo urbano. Em meados da década de 1970 surge o primeiro empreendimento capitalista de produção de condomínio fechado para alta renda, Alphaville. De início, destinava-se a constituir um pólo de indústrias leves e não-poluente, mas com o fracasso da iniciativa foi convertido em um empreendimento imobiliário de grandes proporções. A partir daí, embora tenham sido feitos lançamentos do mesmo tipo em outras áreas da cidade, como Arujá, a região Oeste da Metrópole passou a concentrar inúmeros loteamentos e condomínios fechados de alto padrão²⁶. É esse complexo que se torna visível no *Mapa 4a*.

Outro grande processo que leva à constituição de discontinuidades sociais no espaço metropolitano diz respeito à ocupação dos interstícios urbanos por favelas. Na verdade, a presença de ocupações que tirem proveito da impossibilidade de que o mercado regular de produção habitacional ocupe certas áreas com declividade ou condições ambientais adversas é condizente com a aplicação do modelo concêntrico, se as particularidades topográficas e geográficas do sítio urbano forem levadas em conta. Embora em São Paulo as favelas não representem uma solução habitacional tão importante como em cidades como Recife e Rio de Janeiro, a sua localização em áreas de média e alta renda, ou em alguns casos em áreas de altíssima renda, ajuda a explicar discontinuidades. Não é por outra razão que, pressionado por grupos de moradores de alta renda e pelo mercado imobiliário, o Estado regularmente realiza processos maciços de retirada desse tipo de "rugosidade" urbana²⁷. Processos de urbanização de favelas pelo Estado, ao contrário, ajudam a manter e cristalizar essa rugosidade no tecido urbano.

O *Mapa 5a* ilustra a discontinuidade causada pela presença de favelas em áreas de alta renda, apresentando a distribuição da renda média do chefe no chamado "centro expandido" (para quem não está familiarizado com a Metrópole, a linha tortuosa em azul no sentido norte-sul do mapa representa o rio Pinheiros). A região retratada encerra a parte da cidade habitada desde o final do século XIX pelos grupos populacionais de mais alta renda e escolaridade, que em boa parte foram se deslocando na direção sudoeste, desde os distritos do Bom Retiro e Higienópolis, no alto do mapa, até os distritos do

(24) Caldeira, op. cit.

(25) Cf. Langenbuch, op. cit.; Salgado, op. cit. Outros empreendimentos pioneiros foram o Aranami Country Club em São Bernardo do Campo e a Vila Balneária dos anos 1940, às margens da Billings, assim como o Parque Petrópolis na serra da Cantareira, município de Mairiporã (cf. Salgado, op. cit.).

(26) No levantamento de Salgado (op. cit.) foram identificados quinze loteamentos na região da rodovia Raposo Tavares, somando 5.134 lotes, e dezenove na região da Castello Branco (11.762 lotes), sendo treze apenas no complexo Alphaville.

(27) Os exemplos são infelizmente abundantes, desde os processos de desfavelamento do Rio de Janeiro nos anos 1960 (cf. Valladares, op. cit.) até a remoção da população do complexo de favelas em Águas Espraiadas no governo Maluf (1993-96) (cf. Fix, op. cit.).

Morumbi e Vila Andrade, a oeste do rio Pinheiros. Como podemos ver, a região apresenta setores com renda média do chefe bastante elevada, principalmente nas faixas superiores a 15 SM. Entretanto, pode-se observar a presença de alguns setores de renda média muito baixa (inferior a 3 SM), tanto no distrito do Campo Belo quanto nos do Morumbi, Vila Sônia e Vila Andrade. Em todos esses casos se trata de favelas, sendo o agrupamento maior na Vila Andrade o complexo de favelas de Paraisópolis. Podemos observar também nos distritos do Campo Belo e Jabaquara, a sudeste, um conjunto de setores de renda média muito baixa alinhados no sentido sudeste-noroeste. Esse padrão de favelização é bastante comum da cidade de São Paulo, onde uma parcela significativa das favelas se localiza em fundos de vale.

Vale registrar que trabalhos recentes têm mostrado que mesmo esse tipo de solução habitacional apresenta heterogeneidade interna²⁸. De uma forma mais ampla ainda, nosso próprio esforço analítico tem apontado para a necessidade de diferenciar tipos de pobreza urbana, tanto para entender seus diferentes processos de produção e reprodução quanto para poder auxiliar verdadeiramente as políticas públicas engajadas no seu combate²⁹. Nesse sentido, estamos construindo indicadores que incorporam outras dimensões da pobreza urbana, que não se expressa apenas mediante padrões de renda. A inclusão de características demográficas e de níveis de escolaridade nesses indicadores, por exemplo, e sua elaboração a partir de modelos não apriorísticos têm revelado uma configuração espacial ainda mais diversificada que a apresentada neste artigo³⁰.

Considerações finais

O retrato da configuração de São Paulo aqui traçado indicou a existência de um tecido social no espaço metropolitano muito mais complexo e fragmentado do que considera comumente a literatura. A descrição da forma urbana com maior grau de detalhe do que o obtido pela aplicação de modelos apriorísticos, construídos a partir de outras cidades, é de grande importância tanto para o debate acadêmico, para que tenhamos conhecimento mais aprofundado, por exemplo, das diferentes situações de vulnerabilidade social presentes na Metrópole³¹, como para a implementação de políticas públicas, na medida em que contribui para identificar diferentes grupos e demandas, além de possibilitar maior clareza sobre onde agir. A espacialização dos dados do Censo Demográfico apresentada aqui certamente não esgota essa descrição, mas contribui para estabelecer um primeiro patamar descritivo para estudos de maior fôlego.

(28) Cf. Valladares, Lícia e Preteceille, Edmond. "Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca". In: Ribeiro (org.), op. cit.

(29) Torres e Marques, "Reflexões sobre a hiperperiferia...", *Information and social policies*..., loc. cit.

(30) Análise fatorial aplicada aos dados do Censo Demográfico de 2000 — produzida no âmbito de um projeto ainda em andamento, realizado para a Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo — resultou em dois fatores independentes: um relativo a condições socioeconômicas e outro à estrutura etária. O cruzamento dessas duas dimensões e sua agregação em grupos permitirão caracterizar as diferentes formas de distribuição desses grupos no espaço urbano da Metrópole.

(31) Cf. Torres e Marques, *Information and social policies*..., loc. cit.

Recebido para publicação em 30 de setembro de 2002.

Eduardo Cesar Marques é professor do Dept^o de Ciência Política da USP e pesquisador do Cebrap e do Centro de Estudos da Metrópole — CEM (publicou nesta revista, em co-autoria com Haroldo Torres, "São Paulo no contexto do sistema mundial de cidades", n^o 56). Sandra Bitar é bacharel em Ciências Sociais e pesquisadora do CEM.